



## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Ocorreram, nos últimos meses, vários incidentes de segurança alimentar, envolvendo vários residentes que tiveram de ser transportados ao hospital, devido à ingestão de alimentos contaminados ou deteriorados. As autoridades efectuaram também, nos últimos tempos, rusgas a várias unidades de confecção de alimentos ilegais, logo, o alarme já está dado e a sociedade está atenta ao desenrolar da situação. Assim, as autoridades, para além do reforço das acções de sensibilização sobre a importância da segurança alimentar, a serem promovidas junto dos respectivos sectores de actividade e dos residentes, têm de intensificar ainda as acções de fiscalização, no sentido de consciencializar os operadores sobre o respeito das normas legais. Com a propagação no Mundo da Covid-19, provou-se ser positivo o teste ao ácido nucleico feito no Interior da China a uma embalagem de camarões congelados importada, daí ser necessária ainda a adopção das devidas precauções para evitar a transmissão do vírus por via da importação de produtos congelados, intensificando as inspecções e “guardando bem as portas”.

Os incidentes de segurança alimentar que apareceram em Macau ao longo dos anos tiveram a ver, essencialmente, com a falta de atenção ou negligência nas vertentes da produção, transporte, conservação ou exercício de actividade, nomeadamente, conservação e exposição de produtos a temperatura inadequada, descongelamento impróprio e tratamento em conjunto de alimentos crus e cozidos. Mais, com o desenvolvimento do pagamento electrónico e das plataformas de reserva de mesas, bem como



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

com a preferência, devido à situação epidémica, de alguns residentes por refeições encomendadas, exige-se um melhor acondicionamento e protecção na sua distribuição e entrega, um melhor controlo no tempo de entrega e preservação da temperatura, e algumas medidas na limpeza dos utensílios de distribuição e entrega, e na higiene do pessoal, caso contrário é fácil a sua deterioração ou contaminação. Face aos recentes incidentes, há que intensificar, por parte das autoridades, as inspecções, vistorias e fiscalizações às unidades ligadas à fabricação, produção e fornecimento de produtos alimentares, de modo a detectar, resolver e prevenir, atempadamente, incidentes de segurança alimentar, bem como reforçar a educação sobre a segurança alimentar junto do respectivo pessoal e dos residentes, tal como sobre a forma correcta de descongelamento dos produtos alimentares.

Além disso, estando a lei da segurança alimentar em vigor desde 2013, ou seja, há perto de sete anos, as exigências da sociedade são outras, face às mudanças ocorridas, em termos de modelos e hábitos de consumo, havendo, portanto, necessidade de rever e melhorar as suas normas. Em paralelo, proponho a intensificação das acções de formação e a introdução de um sistema de qualificação, através da criação de um regime de provas de aptidão, por forma a elevar a capacidade e o nível, em termos de segurança alimentar, dos sectores da restauração, em prol da saúde e segurança dos residentes.

Com vista a sensibilizar os residentes sobre a importância da segurança alimentar e intensificar as acções de fiscalização, interpelo sobre o seguinte:

1. Sendo os produtos alimentares essencialmente importados, de que medidas dispõe o Governo para reforçar as inspecções, a fim de prevenir que o vírus seja transmitido a pessoas através da importação de produtos alimentares?



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. A Lei da Segurança Alimentar entrou em vigor em 2013, ou seja, há cerca de sete anos. Com as transformações introduzidas pelos novos modelos e hábitos de consumo, e com as exigências da sociedade relativamente à segurança alimentar, deve o Governo rever e aperfeiçoar essa lei, tendo em conta o desenvolvimento e as mudanças sociais, por forma a fortificar, desde a partida, as garantias da segurança alimentar. Vai o Governo fazê-lo?
3. Tanto o Governo como as organizações civis têm vindo a organizar diversas acções de formação e fóruns sobre a segurança alimentar. É altura de pensar em alargar essas acções e introduzir um sistema de qualificação, através da criação de um regime de provas de aptidão, por forma a elevar a capacidade e o nível, em termos de segurança alimentar, dos sectores da restauração, em prol da saúde e segurança dos residentes. Vai o Governo fazê-lo?

**17 de Julho de 2020**

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Leong Sun lok**